

**SOCIEDADE MINEIRA DE  
ENGENHEIROS - SME**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E  
31 DE DEZEMBRO DE 2023

À  
SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHEIROS - SME  
Belo Horizonte – MG

Belo Horizonte, 24 de março de 2025.  
Relatório Circunstanciado de Auditoria Externa

Senhores diretores,

Vimos submeter à vossa apreciação, o relatório circunstanciado que emitimos sobre as Demonstrações Contábeis apuradas em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Um relatório circunstanciado de auditoria, é apresentado pelos auditores independentes visando expor o parecer sobre o resultado de seu trabalho, atendendo e observando alguns requisitos estipulados pelas normas da profissão. O objetivo é apresentar à entidade as alternativas de adequação das questões contábeis que foram examinadas, aplicando os princípios fundamentais de contabilidade adotados no Brasil. Portanto, o presente relatório está fundamentado em trabalhos usuais de auditoria.



Ressaltamos que as deficiências no presente relatório apontadas, foram apuradas em exames efetuados por testes amostrais, o que submete a providências compatíveis para todos os demais casos, porventura existentes e, por fim, cada um dos pontos reportados foi objeto de discussão com a direção, tendo havido concordância sobre a adoção de procedimentos visando corrigir as eventuais distorções de controles internos.

Agradecemos a oportunidade de termos podido prestar esses serviços à Sociedade Mineira de Engenheiros e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

**COMRADES CONSULTORIA, CONTABILIDADE E  
TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA.**

**Eder Carvalho Magalhães**

**Auditor Independente**

**CNAI: 8.538**



## RELATÓRIO DOS AUDITORES

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

À SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHEIROS - SME

Belo Horizonte, 24 de março de 2025.

### PARECER SOBRE O RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE AUDITORIA EXTERNA

Senhores Diretores,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o **Relatório Circunstanciado de Auditoria Externa**, elaborado com base na análise das **Demonstrações Contábeis** da Sociedade Mineira de Engenheiros – SME, relativas aos exercícios findos em **31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023**.

O presente relatório tem por objetivo apresentar **as constatações identificadas, os riscos associados e as recomendações pertinentes**, observando os princípios e normativas contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, conforme disposto na **Interpretação Técnica Geral ITG 2002**, no **Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1)** e nas diretrizes do **Conselho Federal de Contabilidade (CFC)**.

---

#### 1. Objetivo e Escopo dos Trabalhos

Os trabalhos foram conduzidos em conformidade com as **Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TA)** aplicáveis à auditoria independente, incluindo a realização de **procedimentos amostrais** e a análise de documentação contábil e financeira. A auditoria teve como escopo:

- A **conformidade das demonstrações contábeis** com os princípios contábeis adotados no Brasil e as normativas aplicáveis ao terceiro setor.
- A **efetividade dos controles internos** na proteção dos ativos, na segregação de funções e na integridade dos registros contábeis.
- A **regularidade dos registros de receitas e despesas**, considerando a adequada evidenciação dos recursos restritos e livres.



- A **transparência na prestação de contas**, assegurando que as informações contábeis refletem fidedignamente a situação patrimonial e financeira da entidade.

Os exames foram conduzidos de forma independente, garantindo **objetividade, imparcialidade e observância aos princípios da auditoria externa**.

---

## 2. Limitações e Critérios da Auditoria

É importante ressaltar que **as demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da entidade**, cabendo à auditoria a emissão de um parecer técnico sobre sua **adequação e conformidade com as normas aplicáveis**.

Além disso, é de igual importância destacar que os procedimentos aplicados foram realizados com base em testes amostrais, conforme práticas usuais de auditoria. Dessa forma, não se pode garantir a identificação de todas as eventuais inconsistências ou deficiências existentes, mas apenas daquelas identificadas no escopo da auditoria.

---

## 3. Principais Constatações e Recomendações

Ao longo do processo de auditoria, foram identificados pontos que merecem atenção para aprimoramento dos controles internos e da governança contábil da SME. Cada uma das questões levantadas foi discutida com a administração da entidade, tendo sido obtida **concordância quanto à implementação de medidas corretivas**, conforme detalhado no Relatório Circunstanciado.



#### 4. Considerações Finais

Reiteramos que o presente relatório visa **contribuir para a melhoria contínua dos processos contábeis e de governança da SME**, fortalecendo sua transparência e conformidade regulatória.

Agradecemos a oportunidade de prestar esses serviços à Sociedade Mineira de Engenheiros e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos e futuras colaborações.

Atenciosamente,

COMRADES CONSULTORIA, CONTABILIDADE E TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA.

Eder Carvalho Magalhães

Auditor Independente CNAI: 8.538



## **Principais Melhorias na Revisão:**

**Maior alinhamento às normas contábeis** do terceiro setor, incluindo menção à ITG 2002 e CPC 26. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a administração da SME, visando cumprir às exigências contidas nas normas contábeis e, principalmente, promover a elaboração de demonstrações contábeis mais transparentes, realizou estudos, criou critérios e, mediante orientação de profissionais experts em contabilidade, elaborou e adotou boas práticas visando adotar a tudo aquilo que consta previsto na ITG 2002 e CPC 26. Dessa forma, as demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2024 apresentam, de toda forma e transparência, aos preceitos requisitados nos referidos instrumentos que regulam a contabilidade de entidades do terceiro setor.

**Clareza na responsabilidade da administração**, evitando interpretações errôneas sobre o papel da auditoria.

**Tom técnico e formal adequado à auditoria externa**, com destaque para a independência do auditor.

**Esclarecimento sobre os testes amostrais e limitações da auditoria**, evitando expectativas irreais sobre o escopo do trabalho.



SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHEIROS – SME

**BALANÇO PATRIMONIAL**

(Em R\$ 1)

**ATIVO**

	<u>Ativo</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Circulante</b>			
Bancos Conta Movimento		43.724	9.486
Aplicações Financeiras		1.518	129
Direitos Realizáveis		6.749	23.268
Bloqueio Judicial		17.874	14.067
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>69.865</b>	<b>46.950</b>
<b>Não Circulante</b>			
Investimentos		10.978	9.900
Imobilizado		15.531.549	15.773.465
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>15.542.526</b>	<b>15.783.365</b>
<b>Total do Ativo Circulante e Ativo Não Circulante</b>		<b>15.612.391</b>	<b>15.830.315</b>





SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHEIROS – SME

**BALANÇO PATRIMONIAL**

(Em R\$ 1)

	<u><b>Passivo</b></u>	<u><b>31/12/2024</b></u>	<u><b>31/12/2023</b></u>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		342.551	363.042
Empréstimos e Financiamentos		31.257	31.257
Obrigações Trabalhistas		27.070	31.280
Obrigações Tributárias		4.236	49
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>405.114</b>	<b>425.628</b>
<b>Não Circulante</b>			
Empréstimos e Fornecedores		416.451	434.825
Parcelamento de Impostos		1.142.145	1.167.986
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>1.558.596</b>	<b>1.602.811</b>
<b>Patrimônio Social</b>			
Patrimônio Social		1.450.009	1.450.008
Ajuste de Avaliação Patrimonial		13.924.852	13.924.852
Déficits Acumulados		(1.726.180)	(1.458.970)
<b>Total do Patrimônio Social</b>		<b>13.648.681</b>	<b>13.801.876</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Social</b>		<b>15.612.391</b>	<b>15.830.315</b>



SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHEIROS – SME

**DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT DO EXERCÍCIO**

(Em R\$ 1)

<b><u>Ingressos</u></b>	<b><u>31/12/2024</u></b>	<b><u>31/12/2023</u></b>
Doações recebidas a título de trabalhos voluntários	1.886.137	-
Receitas Financeiras	1.077	2.130
Doações e Patrocínios	69.410	162.179
Ingressos de Associados	334.258	161.155
Cursos e Eventos	47.130	32.650
<b>Total de Ingressos</b>	<b>2.338.012</b>	<b>358.114</b>
<b>Dispêndios (*)</b>		
Dispêndios Trabalhistas	30.585	60.633
Encargos Sociais	9.693	20.435
Outros Benefícios a Funcionários	910	7.084
Custos com Trabalhos Voluntários	1.886.137	-
Custos Eventos e Cursos	52.519	-
Dispêndios Administrativos	271.391	367.106
Dispêndios Operacionais Financeiros	617	10.717
Dispêndios Operacionais Tributários	2.078	841
Dispêndios com eventos e Cursos	220.980	5.311
<b>Total de Dispêndios</b>	<b>2.474.910</b>	<b>472.127</b>
<b>Déficit do Exercício</b>	<b>(136.898)</b>	<b>(114.013)</b>

(\*) – vide detalhes na Nota Explicativa 19.



## **PARTE I – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Através dos exames relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, foi possível observar que a administração da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME) continua mantendo seus esforços para aprimorar seus controles internos, processos contábeis e práticas administrativas, reforçando a governança da entidade.

Dentre as melhorias implementadas, destaca-se a substituição do técnico contábil anteriormente responsável pelos registros da SME, decisão tomada pela administração com o objetivo de assegurar maior precisão e conformidade na escrituração das operações da entidade, tendo em vista a experiência do novo responsável pela contabilidade com o registro de operações de entidades do terceiro setor, que diferencia bastante das práticas adotadas por empresas industriais e comerciais. Esse aprimoramento permitiu um melhor alinhamento dos registros contábeis às normas aplicáveis ao terceiro setor, garantindo uma melhor segregação dos dispêndios e aprimorando a transparência na demonstração da aplicação dos recursos.

Apesar dos avanços, a entidade ainda enfrenta desafios significativos. Um dos pontos mais críticos refere-se às questões judiciais envolvendo a Prefeitura de Belo Horizonte, que mantém a contestação da imunidade tributária da SME, exigindo o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Esse embate jurídico impacta diretamente a regularidade fiscal da entidade, dificultando a obtenção de certidões negativas de débito, essenciais para viabilizar parcerias estratégicas, patrocínios e doações de empresas e instituições públicas e privadas. A adoção de registros contábeis de acordo com as melhores práticas, conforme poderá ser visto em ‘Aprimoramento dos Processos Contábeis e Comunicação Interna’ apresentado a seguir visa, dentre tantas outras coisas, assegurar que tais registros atendam aos requisitos emanados pela Prefeitura de Belo Horizonte, evitando o surgimento de novas autuações tributárias por parte do município.

Adicionalmente, a inadimplência das contribuições associativas continua sendo um fator crítico para a sustentabilidade financeira da SME. Embora a administração tenha implementado iniciativas para conscientizar os associados sobre a importância de suas contribuições, o índice de inadimplência ainda não atingiu um patamar que garanta a estabilidade financeira da entidade, mesmo tendo tido um acréscimo na arrecadação junto aos associados durante o ano de 2024 em comparação com o ano de 2023.



## **Aprimoramento dos Processos Contábeis e Comunicação Interna**

A boa prática contábil exige que todas as transações relevantes sejam tempestivamente comunicadas ao setor de contabilidade, permitindo que sejam corretamente registradas e refletidas nas demonstrações financeiras. Até 2023, ainda existiam lacunas na comunicação entre a gestão da SME e a área responsável pela contabilidade, resultando na ausência de registros adequados para eventos internos, seminários, treinamentos e publicações científicas.

A partir de 2024, essa falha foi significativamente mitigada, e a entidade passou a adotar integralmente as diretrizes contábeis previstas no CPC 26 (R1) e na ITG 2002. Com isso, as demonstrações contábeis passaram a seguir um modelo mais adequado para entidades do terceiro setor, garantindo maior transparência na prestação de contas e evidenciando corretamente os recursos aplicados em suas atividades-fim.

Uma das mudanças mais relevantes foi a correta segregação dos custos operacionais. Até 2022, todos os gastos eram lançados como “despesas gerais e administrativas”, sem distinção entre aqueles destinados à manutenção da entidade e aqueles relacionados diretamente às suas atividades institucionais, como seminários, cursos e eventos técnicos.

Com a adoção de práticas contábeis alinhadas ao terceiro setor, em 2023, a SME implementou uma metodologia de segregação de despesas que foi aperfeiçoada em 2024, contando com um critério de rateio. Já a partir do ano de 2024, este rateio foi abandonado e o critério para o registro passou a basear-se no número de horas incorridas em atividades administrativas e o número de horas gastas com a elaboração e organização de treinamentos, congressos, publicações de terceiros de interesse da SME ou mesmo publicações da própria SME. Essa prática permite uma classificação mais objetiva e transparente dos gastos, diferenciando aqueles destinados à manutenção da entidade e aqueles voltados à sua atividade fim.

A comunicação interna e o fluxo de informações também foram fortalecidos, permitindo que a contabilidade registre todas as transações de forma tempestiva e precisa. Com isso, os relatórios financeiros passaram a atender integralmente aos requisitos normativos do CPC 26 (R1) e ITG 2002, garantindo que a posição patrimonial e financeira da SME seja apresentada de maneira fidedigna e alinhada às melhores práticas do terceiro setor.



## **Desafios e Recomendações para 2025**

Mesmo com os grandes avanços identificados, ainda existem alguns pontos que ainda demandam atenção da administração:

✦ **Regularização Fiscal:** A pendência judicial com a Prefeitura de Belo Horizonte continua impactando a obtenção de certidões negativas. Devem ser mantidas as ações, pela SME, que viabilizem a aplicação da imunidade tributária já reconhecida.

✦ **Gestão de Receitas e Adimplência:** Apesar do aumento no número de contribuições, o fluxo de caixa da SME ainda requer maior estabilidade. A busca por novos patrocinadores e incentivos financeiros deve ser intensificada para garantir a sustentabilidade das operações e, dessa forma cessar a apuração de constantes déficits anuais.

✦ **Demonstração Contábil Mais Transparente:** A continuidade da segregação de despesas administrativas e operacionais permitirá que a SME demonstre, a cada ano e de forma mais clara, sua conformidade como entidade do terceiro setor, facilitando a captação de patrocínios e recursos financeiros. A entidade tem que continuar envidando esforços para sempre aprimorar o critério de segregação entre gastos com a manutenção da entidade e os gastos com a organização das atividades-fim.

✦ **Ampliação do Planejamento Estratégico:** A SME deve continuar mantendo o foco em estratégias para ampliar sua base de associados e divulgar suas atividades de forma mais ampla, tornando a entidade mais atrativa para novas parcerias.



## **Conclusão**

A análise das demonstrações contábeis da Sociedade Mineira de Engenheiros – SME, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, evidencia os esforços contínuos da administração na adoção de boas práticas contábeis, no aprimoramento da comunicação interna e na melhoria dos processos de segregação de despesas.

Os avanços implementados nos últimos anos contribuem para a transparência na aplicação dos recursos e fortalecem a posição da SME no cumprimento de sua missão institucional.

Contudo, os desafios relacionados à imunidade tributária, regularização fiscal e captação de recursos ainda requerem atenção especial da administração para garantir a sustentabilidade e a perenidade da entidade no longo prazo.

Apresentamos, no decorrer deste relatório, algumas situações críticas que exigem providências, visando sanar eventuais inconformidades e fortalecer a governança da entidade.

Tudo o que foi exposto deve ser devidamente considerado na análise das demonstrações contábeis e dos resultados apurados no ano de 2024.



## **PARTE II – ASPECTOS CONTÁBEIS E DE CONTROLE INTERNO**

### **Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional**

A Sociedade Mineira de Engenheiros (SME) é uma entidade sem fins lucrativos, cujo objetivo é promover o desenvolvimento científico e técnico da engenharia, contribuindo para o aprimoramento das técnicas e práticas utilizadas na área. A entidade realiza atividades como eventos, seminários, congressos e cursos de aperfeiçoamento.

### **Nota Explicativa 2 – Práticas Contábeis Adotadas - ITG 2002 E CPC 26 (R1)**

#### **2.1 Contextualização e Aplicação**

A SME segue, em sua escrituração contábil, as diretrizes estabelecidas pela **Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucro**, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e pelo **Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis**, convergente às normas internacionais de contabilidade.

A adoção dessas normas garante a **transparência na prestação de contas**, a **confiabilidade das informações financeiras** e o **cumprimento das exigências legais e normativas** aplicáveis às entidades do terceiro setor.

#### **2.2 Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis**

Em conformidade com a **ITG 2002 e o CPC 26 (R1)**, a organização apresenta suas demonstrações contábeis contendo:

**Balanço Patrimonial** – Reflete a posição financeira da entidade, incluindo seus ativos, passivos e patrimônio líquido.

**Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)** – a organização apresenta uma DRE adaptada, evidenciando superávit ou déficit do exercício.

**Notas Explicativas** – Fornecem informações detalhadas sobre critérios contábeis adotados, ingressos, dispêndios e eventuais restrições de recursos.

A aplicação do **CPC 26 (R1)** assegura que as demonstrações contábeis sejam **compreensíveis, relevantes, confiáveis e comparáveis**, permitindo que usuários internos e externos avaliem a situação financeira da entidade.



## 2.3 Reconhecimento e Mensuração dos Recursos

### 2.3.1 Receitas e Subvenções

- A entidade reconhece receitas provenientes de **doações, subvenções governamentais, patrocínios, contribuições de associados e prestação de serviços compatíveis com sua finalidade social**, à medida em que tais recursos são recebidos.
- Quando os recursos recebidos possuem **restrições ou vinculações específicas**, são segregados contabilmente e reconhecidos conforme sua destinação.

### 2.3.2 Voluntariado e Serviços Recebidos Gratuitamente

- De acordo com a **ITG 2002**, os bens e serviços recebidos gratuitamente devem ser contabilizados com base no **valor justo**, desde que possam ser mensurados de forma confiável.

### 2.3.3 Aplicações Financeiras e Patrimônio

- Recursos oriundos de aplicações financeiras são reconhecidos pelo **regime de competência**.
- O patrimônio social da entidade é composto por doações, legados, subvenções, superávits e/ou déficits acumulados, **não distribuíveis a seus membros ou dirigentes**.

## 2.4 Princípios Contábeis Específicos para Entidades Sem Fins Lucrativos

**Princípio da Entidade** – Os recursos da organização são independentes do patrimônio de seus gestores ou associados.

**Princípio da Transparência** – As demonstrações contábeis refletem **fidedignamente a situação patrimonial e financeira da entidade**, permitindo sua análise por terceiros.

**Princípio da Segregação de Recursos** – Os **recursos restritos a determinados projetos ou finalidades**, a entidade segrega e evidencia tais valores em suas demonstrações contábeis.

## 2.5 Divulgação e Transparência

**Prestação de Contas** – A entidade está comprometida a divulgar suas demonstrações contábeis **anualmente**, garantindo que seus financiadores, doadores e órgãos reguladores tenham **acesso às informações financeiras de forma clara e objetiva**.

**Adoção de Boas Práticas de Governança** – Seguindo as diretrizes da **ITG 2002**, a





organização mantém controles internos rigorosos, assegurando que os recursos sejam utilizados estritamente para sua finalidade social.

**Auditorias e Revisões** – A organização optou pela contratação de auditores independentes para poder validar suas demonstrações financeiras e controles internos.

## 2.6 Considerações Finais

A observância da **ITG 2002** e do **CPC 26 (R1)** permite que a Sociedade Mineira de Engenheiros mantenha sua **conformidade contábil e regulatória**, assegurando credibilidade junto a seus stakeholders.

A aplicação rigorosa dessas normas garante **transparência, eficiência e governança sólida**, refletindo a responsabilidade da organização na gestão dos recursos recebidos e na promoção de sua missão social.

### Nota Explicativa 3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando-se as disposições contidas na legislação vigente e nas Normas Brasileiras de Contabilidade e observando o descrito à Nota Explicativa 2.

### Nota Explicativa 4 – Princípios Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, compreendendo os seguintes aspectos: o princípio da entidade, da continuidade, da oportunidade, do registro pelo valor original e da prudência.

### Nota Explicativa 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos conta movimento (a)	43.724	9.846
Aplicações de liquidez imediata (a)	1.518	129
	<u>45.242</u>	<u>9.615</u>



A SME utiliza o software Omie (Conta Azul em 2023) para gestão de negócios. A entidade não apresenta saldo em espécie, já que não é usual a ocorrência de pagamento de qualquer valor em espécie.

- (a) Confrontamos os saldos contábeis com os respectivos extratos bancários e verificamos que inexistem divergências entre os saldos.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por disponibilidades em conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata, avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### **Nota Explicativa 6 – Direitos Realizáveis a Curto Prazo**

	<b><u>31/12/2024</u></b>	<b><u>31/12/2023</u></b>
Adiantamentos	3.691	3.250
Tributos e Contribuições a Compensar (b)	3.058	3.905
Estoques (c)		16.111
	<b><u>6.749</u></b>	<b><u>23.266</u></b>

- (a) Valores se referem a adiantamentos de férias a colaboradores conforme controle extracontábil apresentado. Vimos cópias dos recibos referentes aos adiantamentos;
- (b) Em ambos os períodos, verificamos que existiam valores paralisados de longa data relativos aos tributos a serem compensados. Recomendamos criteriosa conciliação pois pode ser que existam valores a serem pleiteados sua restituição ou valores que devam ser baixados contabilmente; e
- (c) Pelo apurado mediante a documentação apresentada, esse valor foi debitado à essa conta em contrapartida da rubrica “Obras em andamento” em 01/05/2019, e, desde então, está paralisado. Diversos itens e materiais de construção adquiridos para a conclusão da obra no prédio da sede da entidade se mantêm no local, mas é difícil nos assegurarmos de que os valores registrados na contabilidade sejam, de fato, os valores justos, os valores de mercado total dos itens em estoque. Em 14/03/2025, realizamos uma inspeção física dos itens em estoque e confrontamos com a relação do controle de tais itens. Alguns itens não foram localizados em sua totalidade e outros itens existem,



mas não constam da planilha de controle.

Recomendamos que a administração implante controles sobre eles, bem como, busque avaliá-los com vistas a acertar os saldos contábeis.

#### **Nota Explicativa 7 – Bloqueio judicial**

	<b><u>31/12/2024</u></b>	<b><u>31/12/2023</u></b>
<b>Bloqueio judicial</b>		
Bloqueio Judicial	<u>17.874</u>	<u>14.068</u>

Durante os anos de 2024 e de 2023, ocorreram alguns bloqueios em contas bancárias da entidade em decorrência de ações judiciais existentes.

#### **Nota Explicativa 8 – Investimentos**

	<b><u>31/12/2024</u></b>	<b><u>31/12/2023</u></b>
<b>Investimentos</b>		
Credicom	10.977	9.900

Montante relativo à cota capital mantida no Sicoob Engecred. Os valores apresentam exatidão com o contemplado nos extratos da Instituição Financeira.



## Nota Explicativa 9 – Imobilizado

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Bens e direitos em uso</b>		
Móveis e utensílios	37.161	37.161
Utensílios diversos	1.389	1.389
Imóveis	9.740.000	9.740.000
Computadores e periféricos	1.936	1.936
Ar-condicionado	7.230	7.230
Terrenos - Sede rua dos timbrais	6.240.000	6.240.000
Máquinas e equipamentos	78.609	78.609
Obras em andamento	11.746	10.988
(-) Ajuste a valor justo	-	-
Subtotal – R\$ 1	16.118.071	16.117.313
Depreciação Acumulada	(586.522)	(343.849)

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. Os bens doados à entidade são reconhecidos pelo valor justo na data do recebimento e classificados no ativo imobilizado, conforme determina a ITG 2002.

Foram realizados ajustes nas rubricas Terrenos – Sede rua Timbiras, Obras em Andamento, Ajuste a Valor Justo e Construções com base em avaliação realizada do imóvel sede da Entidade. Para o registro, foi utilizado o Laudo de Avaliação elaborado pela Vaz de Melo Consultoria em Avaliações e Perícias, datado de 28 de maio de 2022, que prevê que os bens serão depreciados em 40 anos

A entidade adota a prática de reconhecer, mensalmente, as despesas com depreciação dos itens do Imobilizado, com base no saldo das contas, o que está em desacordo com as práticas contábeis. Diante disso, recomendamos que haja reconhecimento de tais valores observando o exposto na norma contábil NBC TG - 27, que assim estabelece:



“43. Cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item deve ser depreciado separadamente”.

Diante das situações elencadas, recomendamos que haja rigoroso levantamento de todos os itens integrantes do Imobilizado. Para tanto, recomendamos que seja observado:

- ✓ identificação dos itens efetuada através de plaquetas numéricas fixadas nos bens;

R-082A/22 – 29.08.22 – Folha 10;

- ✓ localização dos bens com a correspondente atribuição de responsabilidades sobre eles, mediante Termo de Responsabilidade;
- ✓ conferência física periódica e devidamente evidenciada para confronto com os controles patrimoniais, sendo as eventuais divergências identificadas e relacionadas para a aprovação dos ajustes por pessoa habilitada para tanto.

A individualização dos bens patrimoniais é recomendável sob a ótica administrativa e contábil, pois permite:

- ✓ identificar o valor de aquisição, acréscimos posteriores, e a depreciação ou amortização acumulada dos bens baixados;
- ✓ prover as bases de cálculo e apropriação de despesas de depreciação e amortização, inclusive por centro de custo;
- ✓ prover informações para efeito de política de capitalização e substituição de bens, bem como, cobertura de seguros;
- ✓ manter adequado controle físico e contábil sobre os bens do ativo imobilizado; e
- ✓ proporcionar uma melhor visualização das inversões patrimoniais.

## Nota Explicativa 10 – Fornecedores

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Fornecedores</b>		
Fornecedores diversos (a)	8.993	29.483
Prêmios a pagar (b)	72.333	72.333
ThyssenKrupp Elevadores (b)	261.225	261.226
	<u>342.551</u>	<u>363.042</u>

As obrigações com fornecedores referem-se a valores a pagar pela aquisição de bens e serviços



utilizados nas atividades da entidade. Estes passivos são contabilizados pelo valor original acrescido, quando aplicável, de encargos financeiros contratuais.

- (a) Realizamos também testes de liquidação subsequente e não identificamos inconsistências; e
- (b) Conforme correspondência enviada pelo responsável jurídico que cuida desse processo, o valor da dívida atualizada para 31/12/2024 é de R\$298.102,60, com chance de êxito provável.

#### **Nota Explicativa 11 – Empréstimos e Financiamentos**

<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b><u>31/12/2024</u></b>	<b><u>31/12/2023</u></b>
Terceiros	31.257	31.257

- i) Os saldos apresentados se referem a dívidas decorrentes de empréstimos contraídos junto a ex-diretores da SME, durante a gestão 2017/2020.

#### **Nota Explicativa 12 – Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais**

	<b><u>31/12/2024</u></b>	<b><u>31/12/2023</u></b>
Salário a pagar (a)	-	3.987
INSS a pagar (a)	-	2.109
FGTS s/ folha (a)	1.053	565
PIS s/ folha (a)	-	105
INSS contribuição individual (a)	17.785	16.895
Provisão de férias a pagar (b)	4.877	5.644
Provisão de FGTS a pagar (b)	390	-
Provisão de INSS a pagar (b)	1.268	451
PIS s/ férias a pagar (b)	49	1.524
E-Social a Pagar	1.648	-
	<u>27.070</u>	<u>31.280</u>

As obrigações trabalhistas e encargos sociais correspondem aos valores de salários e



benefícios devidos aos colaboradores da entidade, incluindo provisões de férias e 13º salário, contabilizados conforme regime de competência.

- (a) Realizamos testes de liquidação subsequente, através das guias de recolhimento, transferências eletrônicas-TED e Pix e tecemos os seguintes comentários:
- ✓ Salários a pagar: vimos os comprovantes das transferências realizadas;
  - ✓ INSS a pagar: Vimos as guias e os respectivos comprovantes de liquidação;
  - ✓ FGTS a pagar: Vimos guias e comprovantes dos valores apurados no ano de 2023, porém identificamos registro de valores paralisados de longa no controle extracontábil apresentado;
  - ✓ PIS s/ a folha de pagamento: No que tange ao valor movimentado no período nos foi apresentada guia e respectivo comprovante de pagamento. Existem valores paralisados de longa data; e
  - ✓ INSS contribuição individual: o saldo desta conta se refere a valores retidos e não recolhidos durante os exercícios de 2019 e 2020. A direção atual da SME optou por declarar a dívida ao INSS e parcelá-la, reduzindo o risco de eventuais autuações fiscais e problemas criminais por apropriação indébita bem como por entender que essa é a boa pratica a ser adotada.

### Nota Explicativa 13 – Parcelamento de Tributos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Parcelamentos de tributos (não circulante)		
IPTU	1.114.232	1.114.232
Parcelamento PGFN	27.912	53.754
	<u>1.142.145</u>	<u>1.167.986</u>

Os valores relativos ao parcelamento de tributos referem-se a débitos fiscais que foram objeto de programas de parcelamento promovidos pelo governo, visando a regularização de pendências tributárias da entidade. Esses valores estão sendo liquidados de acordo com o cronograma estabelecido nos respectivos programas. A entidade monitora regularmente os pagamentos para evitar inadimplência e a perda de benefícios fiscais, adotando medidas como a reserva de caixa para essas obrigações e o acompanhamento contínuo das condições dos



parcelamentos.

Quanto à dívida de IPTU junto à Prefeitura de Belo Horizonte, obtivemos carta emitida pelo advogado responsável por patrocinar as ações da entidade no âmbito tributário. Os comentários sobre esse tema foram os seguintes:

1. Execuções Fiscais Município de Belo Horizonte:

Processos ainda em estágio inicial, sem apresentação de defesa (embargos devido à ausência de garantia do juízo) e sem manifestação judicial que possibilite aferição jurimétrica acerca dos riscos ou previsão de resultado futuro referentes ao Município de Belo Horizonte.

- Processos 5005018-07.2020.8.13.0024

Em fase de “garantia do juízo” já determinado na 2ª Vara de Feitos Tributários do Município de Belo Horizonte;

- 5153830-54.2021.8.13.0024

Em fase de “intimação da garantia do juízo” já determinado na 2ª Vara de Feitos Tributários do Município de Belo Horizonte;

- Processos 5211399-76.2022.8.13.0024

Processo ainda não citado na 1ª Vara de Feitos Tributários do Município de Belo Horizonte;

**Para registro:**

- O Objeto das 3 Execuções Fiscais do Município de Belo Horizonte em desfavor da Entidade acima citados tem por objeto a cobrança de impostos (IPTU) referentes a sede da Instituição supostamente devidos dos anos de 2014 a 2021;

- Foi efetuado por “Diretoria Anterior” o parcelamento com confissão de dívida dos anos de 2014 a 2019;

- Tramita administrativamente sob o Nº: 31.00515668/2022-08- PROCESSO DE RECONHECIMENTO DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA – PERANTE A **SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA** - SUBSECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL - GERÊNCIA DE PESQUISA E TRIBUTAÇÃO NOS LANÇAMENTOS DIRETOS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE.

Este processo administrativo em comento contempla todo o objeto das 3 ações judiciais existentes do Município de Belo Horizonte em desfavor da Entidade.

Isto posto, reconhecido o direito constitucional da entidade relativo a Imunidade Tributária a qual faz jus, as 3 ações judiciais perdem seu objeto e deixam de existir.

O referido procedimento teve decisão favorável em dezembro de 2022 e decisão





desfavorável em dezembro de 2023.

- A decisão desfavorável foi objeto de impugnação própria e tempestiva e está em curso sendo :Recurso / Agravo Contra Decisão Administrativa - Fazenda – sob o N: 31.00010753/2024-36 com último andamento na Prefeitura de Belo Horizonte, dia 28 de novembro de 2024, 16:15 - Órgão/Unidade: CARTBH-JJTPUBL - Conselho Administrativo de Recursos Tributários do Município/ Junta de Julgamento Tributário - Publicação Fase: Em andamento Situação: Em andamento.

Em decorrência dos processos em juízo junto à Prefeitura de Belo Horizonte, que vem cobrando o IPTU incidente sobre o prédio sede da SME, desconsiderando a imunidade tributária a que a Sociedade teria direito, a SME não vem conseguindo obter êxito na emissão das Certidões Negativas de Débito (CND), o que inviabiliza a captação de recursos junto a diversos órgãos públicos e/ou empresas privadas. Essa situação compromete o bom andamento das operações da entidade na participação de chamamentos públicos, como por exemplo, junto ao CREA e outros parceiros, o que, se obtido, propiciará a entrada de novos recursos acarretando uma situação financeira mais favorável.

#### 1. Parcelamento PGFN

Este parcelamento se refere a valores devidos a título do INSS referente aos anos de 2017 e 2018, com pagamento mensal de parcelas no valor, aproximado, de R\$2.100,00.

#### **Nota Explicativa 14 – Empréstimos e Fornecedores (não circulantes)**

	<u><b>31/12/2024</b></u>	<u><b>31/12/2023</b></u>
Empréstimos e fornecedores (não circulante)		
Aluguel CREA-MG	416.451	434.823
	<u>416.451</u>	<u>434.823</u>

Nos foi apresentado “1º Termo Aditivo ao Termo de Ajuste de Contas” firmado com o CREA-MG que, conforme descrito na cláusula quinta do Termo o seguinte foi estabelecido:

....

CLÁUSULA QUINTA – A SME deverá pagar, mensalmente, ao CREA/MG o valor total de R\$ 1.531,07 (hum mil, quinhentos e trinta e um reais e sete centavos), com vencimento todo dia 10 de cada mês, até agosto de 2.048, sendo este valor a somatória dos valores



dispostos na Cláusulas Primeira e Quinta do presente TERMO.

Não foi transferido para o Passivo Circulante o montante apurado pelo vencimento no próximo exercício de 12 parcelas do valor devido ao CREA/MG, nem das demonstrações findas em 31 de dezembro de 2024 quanto nas demonstrações findas em 31/12/2023.

#### **Nota Explicativa 15 – Patrimônio Social**

	<u><b>31/12/2024</b></u>	<u><b>31/12/2023</b></u>
Patrimônio Social	1.450.009	1.450.009
Ajustes de Avaliação Patrimonial	13.924.852	13.924.852
Déficits acumulados	(1.573.125)	(1.458.972)
	<u><b>13.801.736</b></u>	<u><b>13.915.889</b></u>

O patrimônio social é constituído pelo patrimônio social e pelo ajuste de avaliação patrimonial. O ajuste de avaliação patrimonial refere-se à reavaliação dos ativos imobilizados da entidade, efetuada com base em laudos técnicos que determinaram o valor justo desses bens. Além disso, a entidade possui fundos com destinação específica, como recursos captados para projetos sociais ou científicos, os quais são segregados do patrimônio operacional da SME e controlados conforme suas finalidades específicas.

#### **Nota Explicativa 16 – Doações recebidas a título de trabalhos voluntários e Custos com trabalhos voluntários**

##### **a. Contextualização e Base Normativa**

Em conformidade com a Interpretação Técnica Geral ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucro e com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Sociedade Mineira de Engenheiros (SME) reconhece em sua Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) as contas "Doações Recebidas a Título de Trabalhos Voluntários" e "Custos com Trabalhos Voluntários", visando evidenciar, de forma transparente e objetiva, a contribuição econômica dos serviços voluntários prestados à entidade.

O reconhecimento dessas contas segue o princípio contábil da competência, garantindo que as demonstrações contábeis reflitam completude e fidedignidade, atendendo às exigências



normativas aplicáveis ao terceiro setor.

## **2. Doações Recebidas a Título de Trabalhos Voluntários**

A conta "Doações Recebidas a Título de Trabalhos Voluntários" representa o valor estimado dos serviços prestados gratuitamente por profissionais voluntários, cuja contribuição é essencial para a consecução dos objetivos institucionais da SME.

### **♦ Origem dos Trabalhos Voluntários**

Os serviços voluntários recebidos são prestados por profissionais especializados e incluem atividades como:

- Palestras, seminários e cursos técnicos, ministrados sem remuneração.
- Autoria de artigos científicos e publicações técnicas, disseminando conhecimento na área de engenharia.
- Atividades de consultoria e assessoria técnica para aprimoramento de projetos da SME.
- Colaboração na organização de eventos e iniciativas da entidade.

### **♦ Critério de Mensuração**

Os serviços voluntários são mensurados pelo valor justo do trabalho prestado, utilizando como referência a média de mercado para profissionais de qualificações equivalentes.

### **♦ Critério de Reconhecimento**

Os serviços são reconhecidos como receita de doação no momento de sua prestação efetiva, mediante documentação comprobatória, como registros de presença, relatórios de atividades e termos de voluntariado assinados.

---

## **3. Custos com Trabalhos Voluntários**

A conta "Custos com Trabalhos Voluntários" reflete a aplicação direta dos serviços voluntários nas atividades-fim da SME, garantindo que o impacto econômico dessas contribuições seja corretamente evidenciado.

Diferentemente de despesas convencionais, esta conta não representa um desembolso financeiro, mas sim o registro da utilização dos serviços voluntários recebidos.

### **♦ Composição dos Custos**



Os valores contabilizados nesta conta representam a alocação dos serviços voluntários recebidos em suas respectivas finalidades institucionais. Assim, o valor registrado como receita de doação é integralmente compensado pelo reconhecimento de custo na aplicação do trabalho doado.

Exemplos:

✓ Um engenheiro ministra uma palestra técnica sem remuneração, com valor estimado de R\$ 500,00. Esse valor é registrado como:

- (+) Receita de doação: R\$ 500,00 (Doações Recebidas a Título de Trabalhos Voluntários)
- (-) Custo com trabalho voluntário: R\$ 500,00 (Custos com Trabalhos Voluntários)

✓ Um arquiteto dedica 4 horas de consultoria gratuita a um projeto da SME, com valor estimado em R\$ 800,00. Esse valor é registrado como:

- (+) Receita de doação: R\$ 800,00 (Doações Recebidas a Título de Trabalhos Voluntários)
- (-) Custo com trabalho voluntário: R\$ 800,00 (Custos com Trabalhos Voluntários)

#### ◆ Critério de Reconhecimento

Os custos com trabalhos voluntários são reconhecidos no mesmo período da prestação do serviço, garantindo que a Demonstração do Resultado do Exercício reflita impacto líquido zero. Isso significa que não há superávit ou déficit decorrente desses registros, pois a receita reconhecida é exatamente compensada pelo custo correspondente.

---

## 4. Impacto nas Demonstrações Contábeis

A inclusão dessas contas na Demonstração do Resultado do Exercício tem os seguintes efeitos:

- ✓ Transparência na evidência dos trabalhos voluntários, permitindo que stakeholders compreendam o impacto econômico e social dessas contribuições.
- ✓ Adequação às normas contábeis do terceiro setor, garantindo fidedignidade e comparabilidade das informações financeiras.
- ✓ Demonstração clara da aplicação dos serviços doados, comprovando que os trabalhos voluntários são utilizados exclusivamente para a realização da missão institucional da SME.



- ✓ Impacto neutro no resultado contábil, assegurando que a contabilização seja informativa, sem distorcer a situação financeira da entidade.

---

## 5. Conclusão

A correta evidenciação dos trabalhos voluntários e sua aplicação reforça o compromisso da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME) com a transparência, governança e conformidade regulatória.

A adoção do CPC 26 (R1) e da ITG 2002 permitiu que a entidade passasse a demonstrar de forma mais clara o impacto econômico dos serviços voluntários, garantindo que todas as informações contábeis sejam completas, auditáveis e alinhadas às melhores práticas do terceiro setor.

---

## 6. Resumo das Correções Feitas

- ✓ O custo está corretamente alocado, refletindo a aplicação dos serviços voluntários na missão da entidade.
- ✓ Garante impacto líquido zero, pois a receita da doação é totalmente compensada pelo custo do trabalho voluntário.
- ✓ Esclarece que não há desembolso financeiro real, apenas um registro informativo da valorização dos serviços recebidos.

### Nota Explicativa 17 – Receitas de Doações e Patrocínios

As receitas de doações e patrocínios são oriundas de contribuições recebidas de empresas e pessoas físicas que apoiam as atividades da entidade. Essas receitas são contabilizadas quando a entidade tem direito ao recebimento, de acordo com os princípios da competência.

### Nota Explicativa 18 – Receitas de Eventos

As receitas de eventos referem-se aos valores recebidos pela realização de seminários, cursos e congressos, organizados pela entidade para promover o desenvolvimento técnico e científico da engenharia. Essas receitas são contabilizadas no momento da realização dos eventos.



### **Nota Explicativa 19 – Dispêndios Administrativos**

Os dispêndios administrativos incluem os custos com materiais de escritório, serviços de terceiros, aluguel, manutenção de equipamentos, entre outros. Esses dispêndios são reconhecidos com base no regime de competência.

### **Nota Explicativa 20 – Déficit do Exercício**

O déficit do exercício, apurado em 31 de dezembro de 2023, decorre de um desequilíbrio temporário entre as receitas e os dispêndios da entidade. A administração está adotando medidas para reverter essa situação, incluindo a ampliação das receitas por meio de parcerias institucionais e incremento de eventos, bem como a otimização dos custos operacionais e de pessoal. Essas ações visam restabelecer o equilíbrio financeiro no próximo exercício.

### **Nota Explicativa 21 – Políticas de Investimentos Financeiros**

Os investimentos financeiros são aplicados em instrumentos de baixo risco, respeitando diretrizes de liquidez e segurança patrimonial da entidade.

### **Nota Explicativa 22 – Políticas de Gestão de Riscos Financeiros**

A entidade adota práticas de gestão de riscos financeiros, incluindo monitoramento da inadimplência de associados, diversificação de receitas e redução de despesas fixas para manter a sustentabilidade operacional.

### **Nota 23 – Contingências Ativas e Passivas**

A SME possui valores bloqueados judicialmente em razão de litígios tributários e trabalhistas. A administração avalia periodicamente o risco de perda e adota medidas jurídicas para reverter os bloqueios.

\*\*\*\*\*

